

IGREJA
DE NOSSA
SENHORA
DA NATIVIDADE
DE ESCARAMÃO
CINFÃES

IGREJA
DE NOSSA
SENHORA
DA NATIVIDADE
DE ESCARAMÃO
CINFÃES



Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

O couro de Vila Meã era, em 1258, do mosteiro de São João de Pendorada e, segundo os deponentes de então, fora doado por D. Afonso Henriques (r. 1143-1185) a Sarracino Mendes, alcunhado o Espinha. Alguns autores julgam ver neste infanção o Sarracino Viegas (doc. 1123-1165)¹, tenente do castelo de Benviver e um dos padroeiros do dito mosteiro, a quem tanto D. Teresa (1080-1130) como o seu filho premiaram pelos serviços prestados nas lides contra os mouros. Foi durante o abaciado de D. Pedro (1121-1143) que, por escambo, Vila Meã entrou para a esfera do domínio temporal de Pendorada, numa estratégia de aquisições dominiais à vista do mosteiro. De resto, durante o mesmo período contam-se várias doações e trocas de propriedades em Souselo, Espadanedo, Travanca, Sardoura, etc. Parecia mais cómodo aos abades de Pendorada atravessar o Douro para administrar, do que vencer os contrafortes montanhosos onde o próprio mosteiro se fixou.



Mosteiro de Alpendorada (Marco de Canaveses). Vista geral.

¹ As datas extremas são indicadas por Mattoso (2002).

O couto era, no século XIII, formado pelas povoações de Escamarão, Vila Meã, Merujais, Vila Pouca e Couto (que se situava no limite oeste do mesmo, à sua entrada). Escamarão, povoação situada num outeiro sobre a confluência dos rios Paiva e Douro, constituía uma atrativa zona de passagem. Por um lado, encontrava-se junto a um importante cais e, por outro, no cruzamento de duas vias de penetração do litoral para o interior, uma que acompanhava o Douro na sua margem austral e outra que infletia para sul marginando o rio Paiva. Para demarcar não só no temporal, como no espiritual, o mosteiro de Pendorada terá providenciado a edificação de um templo (ou pelo menos a sua reconstrução), edifício de reduzidas dimensões que assegurava a independência religiosa do pequeno couto em relação a Souselo, paróquia contígua, ou a Fornos, já do outro lado do rio.

A Igreja foi sagrada em honra de Santa Maria, segundo o costume monástico, e no período moderno tomou a invocação da Natividade, embora no *Censual da sé de Lamego* (século XVI, 1.º quartel) ainda se titule Santa Maria do Escamarão. Estava isenta de confirmação por ser vigararia anexa de mosteiro (Fernandes, 1999).

Em 1527, os recenseadores incluem o couto no julgado de termos de Sanfins (a que respondia em matéria de crime) e segundo eles constava de 13 moradores repartidos entre Escamarão e Vila Nova, omitindo os nomes dos lugares já referidos em 1258 (Collaço, 1931). Só no século XVIII voltam a ser indicados, juntamente com Várzea, Fonte, Cruz, Bouça e Granja, lugarejos formados certamente pela pressão demográfica que caracterizou a sociedade portuguesa e europeia ao longo do Antigo Regime.

É, aliás, em 1758, que temos o retrato mais fiel do então já velho coutamento: pequeno território entre o Douro e o Paiva, com 10 lugares, de onde se descobriam as freguesias de Fornos, Sobrado, Souselo, Pendorada, Várzea, Fornelos, São Miguel e Canelas de Entre-os-Rios. Para o reitor António Pereira de Andrade, nos limites da paróquia não existia mosteiro algum, nem misericórdia ou hospital. Apenas uma capela dedicada a São João Baptista, no lugar de Vila Meã (anexa à casa de João Antunes de Guimarães, da cidade do Porto) e certos vestígios de uma fortificação num outeiro na foz do Paiva, entre Escamarão e Fornos.

Segundo o memorialista, a Igreja tinha três altares: o maior dedicado à Senhora da Natividade, São Bento e São Miguel e, nos dois colaterais, a Senhora dos Milagres e a Senhora da Graça. Não havia confrarias, nem irmandades, nem beneficiados, apenas o reitor colado, ali nomeado por Alpendorada e que auferia oito moedas e meia.

A singeleza do edifício contrastava com uma certa importância espiritual, já que à Igreja acorriam quatro procissões provenientes das freguesias do concelho de Sanfins: uma no primeiro domingo de maio, outra no domingo da Paixão, uma na segunda oitava do Espírito Santo e, finalmente, uma durante o mês de junho. O reitor assinalou, contudo, a decadência do orago patronal enquanto culto hagioterapêutico, pois notava ser menor a afluência de peregrinos, que vinham “mais pello discurso do tempo (...) mas ja nam com a Frequência que era antigamente”. E narra a lenda que cumulava de prestígio e maravilha a invocação mariana, outrora (talvez) protetora da maternidade e da fertilidade: “e tendo eu ouvido a pessoas antigas desta Freguezia, e de Fora della que a Senhora desta igreja trouxera a hum christam, que estava captivo, em terra de mouros, a esta terra, prezo com cadeias de Ferro, metido em hua caixa, e



Vista geral.

hum mouro asentado sobre a caixa, e que as cadeias vieram pera esta igreja, e que o parcho pello descurso do tempo, as mandara desfazer em pregos; esta huma pedra labrada e redonda do comprimento de tres covados levantada ao alto, a vista desta igreja onde chamam a Cal do Luzio, na Freguezia de Sam pelagio de Fornos que dizem he memoria deste evidentissimo milagre (...)" (Andrade, 1758).

De resto, o mesmo reitor não deixa de assinalar os principais aspetos económicos da freguesia, como os mercados e o Douro, enquanto importante canal de comunicação com a cidade do Porto. Das duas feiras que se realizavam em Escamarão, a de São Miguel, franca, era a mais relevante, prolongando-se durante uma semana. Ainda no século XIX impressionava pela afluência de comerciantes e compradores e pelo pitoresco do seu arraial, imortalizado por Alberto Pimentel (1872). A outra, menor, era mensal e dela constava o comércio de gado, uma das principais fontes de rendimento da região.

Situada sobre a embocadura do Paiva, a posição estratégica de Escamarão e do couto de Vila Meã não deve ter passado despercebida ao poder senhorial. Assim o testemunha a fortificação no Outeiro do Castelo (hoje um ilhéu, depois do represamento do rio) e, claro, o interesse da nobreza medieval que aqui dispôs de interesses vários, mesmo depois do coutamento. Por isso não surpreende a nota do reitor Andrade sobre as 60 pipas de vinho que os barcos eram capazes de carregar Douro abaixo, apesar do seu carácter arrebatado. O lugar era de acostagem e de travessia, como demonstram as repetidas menções, na cartografia portuguesa, ao sítio de Escamarão, a Santa Maria do Escamarão ou a outras deturpações toponímicas ainda assim facilmente identificáveis com o burgo próximo à interseção dos dois rios.

Couto e freguesia extinguem-se com a chegada do liberalismo, sendo a freguesia anexada à de Souselo, pelo Decreto n.º 24, de 16 de maio de 1832, ainda que o local tenha permanecido até aos dias de hoje como local de passagem intimamente ligado ao tráfego fluvial.



Ilha do Castelo (Castelo de Paiva).



Vista geral do interior a partir na nave.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL

Quando Pedro Dias estudou “as construções arcaizantes [góticas] nas comarcas de Entre Douro e Minho, de Trás os Montes e da Beira”, deu a Igreja de Escamirão, entre outros exemplos, como modelo da persistência de um figurino muito ligado ao estilo românico e que se manteve em vigor durante os séculos XIII, XIV e XV (Dias, 1994: 151). Seguindo um esquema comum, igrejas como a paroquial de Tarouca (Lamego), Azinhoso e Algosinho (ambas em Mogadouro) ou Gatão (Amarante), são geralmente compostas por um corpo baixo e coberto por um madeiramento geral. A nave única é geralmente mal iluminada, tendo óculos e estreitas frestas como fontes de iluminação. A decoração é de tipo popular, com apego ao bestiário românico e, por vezes, exteriormente com pequenos e frustes contrafortes (Dias, 1994: 151).



Igreja de Gatão (Amarante). Capela-mor.

É neste sentido que devemos entender a Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamirão, enquanto testemunho de persistência das fórmulas românicas numa cronologia que é já coeva de uma nova estética. O gótico de matriz francesa, que nasce em meados do século XII na região da Île-de-France e que largamente se expande nos dois séculos seguintes, poucas vezes se consubstanciou na arquitetura religiosa portuguesa através da abertura de grandes vãos de iluminação ou da criação de amplos espaços, diáfanos e comunicantes (Rosas, 2008: 164). Além disso, estando o gótico português mais ligado a soluções do gótico meridional, que privilegiam as massas murais, é pois pelo aspeto maciço dos muros que este se impõe. Conforme nos lembra Lúcia Rosas, um estilo não é só caracterizável pelas formas, mas também pela relação entre as partes do edifício, pelo uso que se faz do espaço construído, pela maneira de o embelezar e simbolizar e pelas várias formas de responder às solicitações da sua época (Rosas, 2008: 164).

Carlos Alberto Ferreira de Almeida encontra como justificação para a diversidade existente no românico português a sua longa perduração (Almeida, 1971: 87). Mais do que as diferenças geográficas, persistem as variantes cronológicas. Ao referir-se às novas vertentes de investigação histórico-artística, Vítor Serrão, evocando Carlo Ginzburg, Enrico Castelnuovo e Carlo Poni (1991)², apela à noção operativa de “alto” e de “baixo”, método que analisa em igualdade todos os comportamentos da criação de um tempo e espaço determinados, sejam os de “periferismo”, marcados pela maior intemporalidade, pela ruralidade e pela soltura dos imaginários locais (o “baixo”) ou os da chamada “alta cultura”, gerados nos “centros” por um mundo impregnado de imaginários com referências eruditas (o “alto”) (Serrão, 2001: 220-221).

Além disso, Lúcia Rosas recorda-nos que a questão do conceito de “estilo” e do esquema temporal que se articula em começo, progresso e declínio, de onde se deduz um mecanismo linear para explicar as influências e os modos de transmissão das formas, é uma das questões que permanece demasiado enraizada na historiografia artística (Rosas, 2011). É por esta razão que esta autora considera que as noções operativas de “alto” e de “baixo” são muito úteis para o estudo da arte medieval portuguesa e, sobretudo, para as suas expressões “periféricas” e/ou “tardias” que habitualmente designamos de “epi-românicas”, “tardo-românicas”, “protogóticas” ou de “gótico rural”.

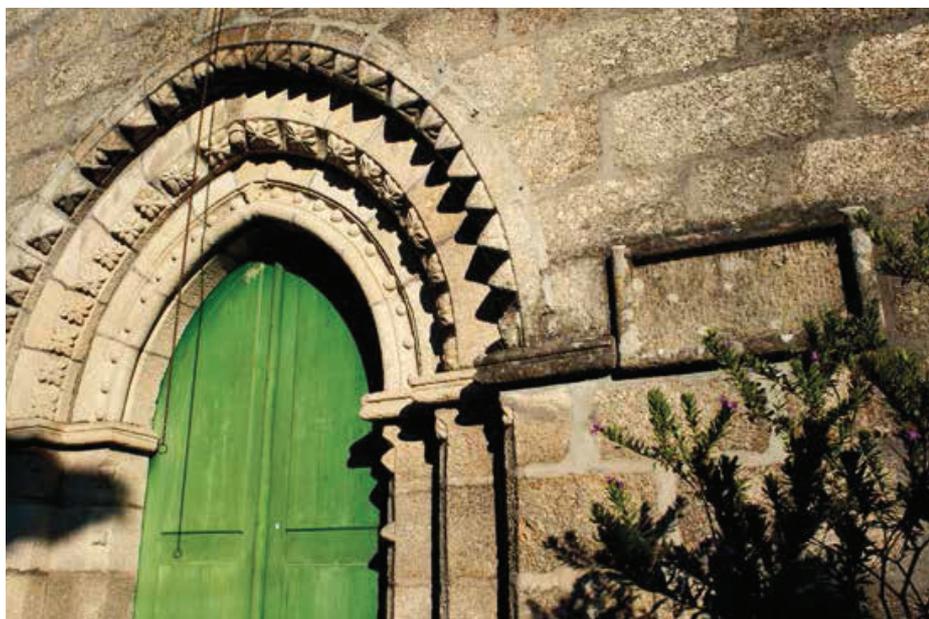
A Igreja de Escamarão enquadra-se, pois, na classificação do chamado “gótico rural”. Em primeiro lugar, estamos diante de uma Igreja composta por nave única e capela-mor retangular, ambas definidas por muros maciços. Com exceção da janela mainelada gótica que rasga a parede fundeira da capela-mor e da pequena rosácea que ao nível da nave encima o arco triunfal, a iluminação do interior desta pequena Igreja é feita por estreitas frestas que se rasgam em ambos os alçados da nave e da capela-mor.

144



Fachada oriental. Pormenor do óculo e da janela.

² O modelo desenvolvido por estes autores partiu de uma análise microgeográfica concentrada em Itália.



Fachada ocidental. Portal e inscrição.

Os portais desta Igreja confirmam-nos a sua cronologia tardia. Rasgados na espessura do muro, tanto o principal como o sul, não apresentam tímpano e as suas arquivoltas apoiam-se diretamente nos pés-direitos. Estamos, pois, diante de um edifício desprovido de suportes sob a forma de colunas (Graf, 1986: 88). Tanto o naturalismo dos motivos florais que ornam a arquivolta central do portal principal e a interior da janela gótica da capela-mor, como a forma quadrangular dos cachorros da nave e dos de proa da cabeceira concorrem para testemunhar uma cronologia tardia e que pode ser mesmo colocada algures no século XIV. Atente-se, no entanto, à persistência do formulário decorativo românico, conforme testemunham as pérolas que decoram as arquivoltas envolventes no exterior da janela mainelada da capela-mor e do arco triunfal. Resistências e inovação casam-se nesta Igreja edificada em Escamarão.

Embora haja autores que defendam a precocidade desta edificação, assumindo-a como um testemunho edificado no século XII, coevo da doação do couto ao mosteiro de Alpendorada (Marco de Canaveses) (Graf, 1986: 88), o que é certo é que, além dos aspetos estruturais e artísticos acima referidos, um outro contribui para cimentar esta ideia de uma cronologia bem mais tardia. Falamos, precisamente, da inscrição em caracteres góticos que se encontra ao lado do portal principal. Apesar do seu carácter pouco legível, Mário Barroca propõe-nos a seguinte leitura: “+ : ERA : M : CCCC : XX : III [...] / [...] / [...] / [...] / [...] / [...] / [...] / [...]”³.



Fachada sul. Nave. Portal.

³ Lê-se: Era 1423.



146

Fachada sul.



Fachada sul, Capela-mor, Cachorros.

As inscrições epigráficas constituem um recurso de primeira mão para conhecer os aspetos relativos à fábrica de um qualquer edifício medieval. Em boa verdade, toda a inscrição representa um contributo para o conhecimento da evolução do edifício, mesmo quando ela não está diretamente relacionada com algum evento construtivo ou, ainda, quando se torna evidente que esta resulta de um reaproveitamento de uma inscrição mais antiga (Barroca, 2000: 308). Também quando estas não nos apresentam uma datação concreta, a análise dos seus elementos formais, desde o tipo de caracteres, às abreviaturas, passando pela sua composição no espaço disponível, permite-nos aferir uma cronologia aproximada com alguma relatividade.

São vários os níveis de informação que as próprias inscrições nos proporcionam, indo desde uma simples indicação cronológica até à identificação do bispo que sagrou um dado edifício, como acontece na Igreja do Salvador de Unhão (Felgueiras), na bacia do Sousa (Botelho, 2010b). Mas há um aspeto de suma importância e que se prende com o da sua localização no edifício. Ou seja, sabendo nós que, por regra, a construção românica e gótica começava pela cabeceira, progredindo para a fachada, esta inscrição de Escamarão poderá indicar, mesmo que não explicitamente, que a conclusão da edificação da Igreja terá ocorrido na Era de 1423, ou seja, em 1385? Independentemente do acontecimento que esta inscrição pretenda comemorar, o facto de ostentar esta data e de ter sido colocada na fachada corresponde à nossa tese, pois, até à data, nada indica que resulte de um aproveitamento ou de uma inscrição feita posteriormente à edificação da Igreja.

Deve-se ainda referir que existiu, no alçado sul, uma estrutura alpendrada de uma água que abrigava o portal lateral, conforme denunciam as cinco mísulas colocadas aproximadamente a meia altura das duas estreitas frestas. Estas estruturas, porque construídas com materiais efémeros (como a madeira e a telha) não chegaram até aos nossos dias. Todavia, a existência de alpendres é-nos ainda, felizmente, acusada por estas mísulas que surgem um pouco por toda a nossa arquitetura medieval. Poderiam ter sido várias as funções destes espaços alpendrados no românico português, indo de local de reunião até ao simples abrigo de fiéis.

No interior da Igreja, onde impera o culto do puro granito, o mobiliário litúrgico é já da Época Moderna. No entanto, temos várias notícias publicadas e prova fotográfica datada de 1944 de que esta Igreja tinha pelo menos uma representação de pintura mural. A primeira referência que temos para este fresco data de 1910 e deve-se a José de Figueiredo (1910: 121). Procurando as origens da representação pictórica na arquitetura medieval portuguesa, este autor é da opinião de que podemos citar como “exemplo típico na igreja de S. Miguel do Escamarão, bispado de Lamego”, o fresco que se encontrava desaparecido sob uma camada de cal, “como certamente sucede à maioria dos que foram pintados em Portugal”. Nada mais acrescentando sobre este fresco, além de referir que é de “data relativamente recente”, anos mais tarde vamos voltar a ver o mesmo a ser referido, desta feita por Manuel Monteiro (1936: 1).

Não adiantando qualquer dado sobre o fresco de Escamarão, este autor bracarense referencia esta pintura a propósito da abordagem que faz ao estado da pintura mural portuguesa do século XVI encontrada em igrejas românicas. Embora os exemplares que nomeia formem “um conjunto bem apreciável”, o autor lamenta o facto de que estas pinturas estejam “quási todas barbaramente mutiladas e ultrajadas pela instalação dos tapumes de madeira entalhada que as

cobrem – um flagelo da arte que alastrou epidemicamente do norte ao sul do país a partir do século XVII” (Monteiro, 1936: 1).

Assim sendo, observando o registo fotográfico guardado no arquivo da extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), podemos adiantar que se tratava de uma figura masculina, envergando o hábito de franciscano. Com a mão esquerda segura um livro e com a direita transporta um cajado (?). Poderá tratar-se de uma figuração pouco habitual de Santo António, muitas vezes representado, por processo de osmose, como Santo Antão.

148



Arco triunfal. Parede do lado do Evangelho. Retábulo colateral antes das intervenções da DGEMN (1944). Fonte: arquivo IHRU. Na imagem, é possível ver uma pintura mural, atualmente inexistente.



Arco triunfal. Parede do lado do Evangelho. Retábulo colateral depois das intervenções da DGEMN.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MODERNA



Arco triunfal. Parede do lado da Epístola.
Altar colateral.

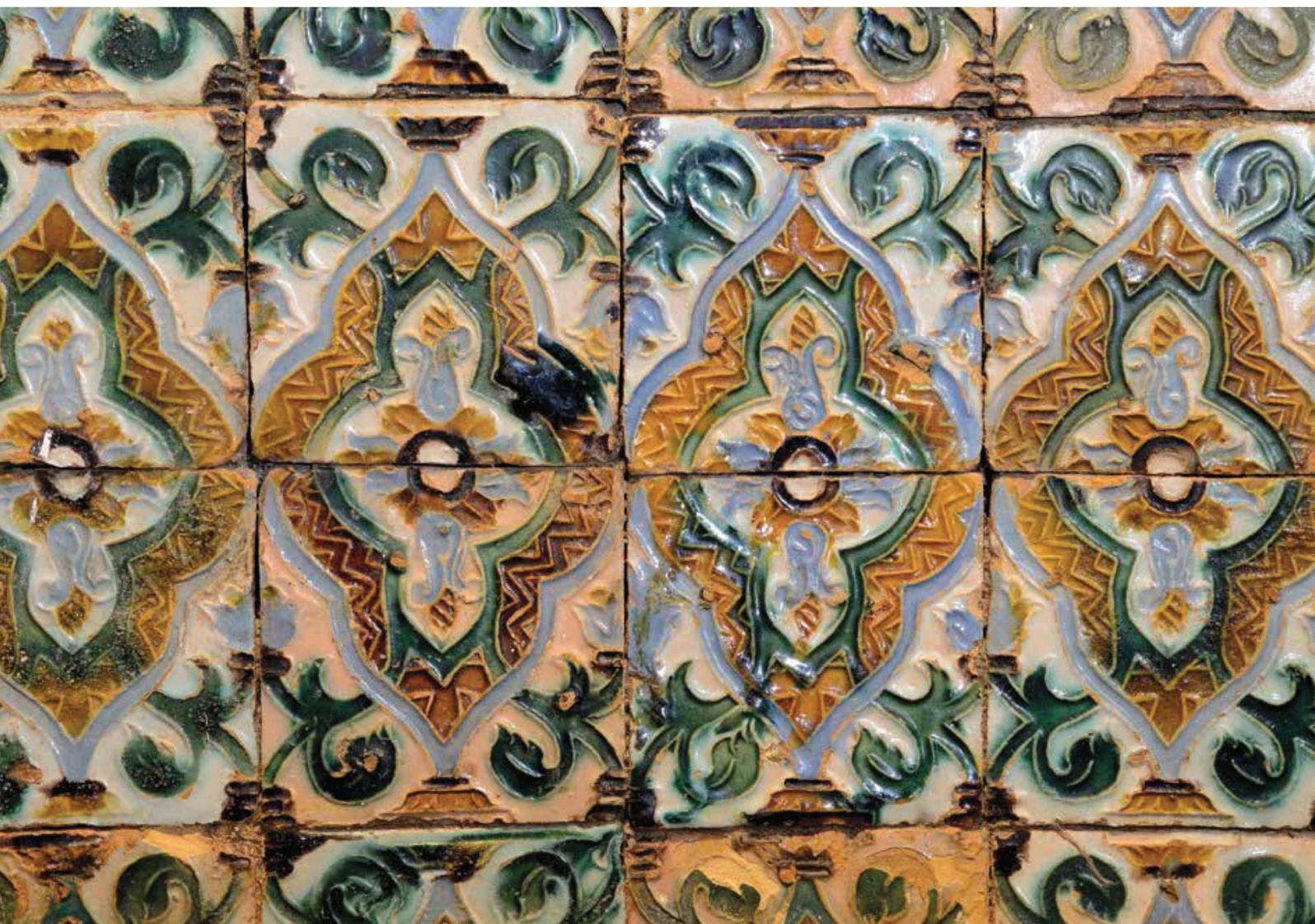
Um dos aspetos dignos de nota nesta Igreja são os azulejos mudéjares que ornam os frontais dos altares colaterais, também identificáveis noutras Igrejas geograficamente próximas: Jazente (Amarante), Fandinhães (Marco de Canaveses) ou Cête (Paredes). Nos séculos XV e XVI, o mundo mudéjar tem naturalmente uma forte apetência para a utilização de materiais azulejares, desenvolvendo técnicas específicas, como o alicatado, a corda seca ou a técnica de aresta ou “cuenca”. cremos que é esta última que encontramos nos frontais de altar de Escamarão. Desenvolvida a partir de cerca de 1500, foi a produção que mais chegou a Portugal. Definindo uma cova, os moldes com reentrâncias vão imprimir o motivo sobre a placa de barro cru, definindo pequenas arestas entre as diferentes cores, criando uma espécie de perfil saliente e que impede a mistura dos vidrados durante a cozedura (Meco, 1989: 38-39).

Embora Sevilha fosse o grande centro produtor de azulejaria de aresta, decorada com temática renascentista, usada até meados do século XVI, outros centros como Toledo também produziram este tipo de azulejos, distinguindo-se dos sevilhanos pelas arestas mais finas e cuidadas e pela manutenção de esquemas ornamentais mouriscos. Desconhecemos a proveniência destes azulejos de Escamarão, o que só fontes documentais poderiam revelar. Mas, a sua presença numa pequena Igreja da margem sul do Douro constitui a prova de que a influência islâmica e “mourisca” chegou aos territórios do norte de Portugal, adaptando a arte islâmica à cristã. Não nos podemos esquecer, naturalmente, de que estamos diante de uma Igreja anexa ao mosteiro de Alpendorada, centro privilegiado de conhecimento e entreposto de ideias e gostos. Além disso, no nosso país reflete-se o uso espanhol de revestir as *antependia* com azulejos, importados de Sevilha (Simões, 1971: 211), o único fornecedor do mercado português na primeira metade do século XVI (Simões, 1971: 56).

A policromia destes painéis, feita à base de ocres, verdes e azuis sobre fundo branco, forma composições padronizadas de motivos fitomórficos e florais, antecipando a moda dos azulejos tipo “tapete” que irá conhecer entre nós uma grande voga no século XVII. Com a técnica da padronagem, através do desenvolvimento das composições geométricas e da aglomeração em superfícies dos azulejos, vemos os motivos a serem repetidos, levando ao aparecimento de padrões ou composições seriadas de repetição superficial. Repete-se o módulo e surge uma interligação (diagonal) entre os motivos decorativos, sendo que raramente os padrões ocupam um só azulejo.

Atente-se, no entanto, que no frontal do lado da Epístola facilmente identificamos a presença de dois azulejos cujo padrão não se interliga com o restante conjunto. cremos que tal facto pode ser explicado com base numa informação contida na visitação de 23 de maio de 1775, na qual o reitor António Pereira de Andrade informa que “a fabrica não só da Capella Mór, mas também do Corpo da Igreja pertence toda ao Dizimador, e este seja o Mosteiro de Alpendurada. Lembrará o Reverendo Reitor ao Padre D. Abbade o mandar concertar huns Azolejos, que faltão em hum dos Altares Colaterais”⁴.

⁴ ADL – *Visitações*, Escamarão, fl. 2 v.º.



Arco triunfal. Parede do lado do Evangelho. Altar colateral. Azulejos.

As visitas constituem uma das mais importantes fontes para o estudo da arte que as Épocas Medieval e Moderna nos legaram. Enquanto visitas pastorais, eram um mecanismo de fiscalização episcopal relativamente ao estado das paróquias sob a sua jurisdição. Embora nalguns casos tivessem sido exercitadas pelos cabidos das dioceses, por colegiadas, mosteiros ou ordens militares, as visitas pastorais produziram uma informação de grande riqueza sobre o estado material, religioso e moral das paróquias, dos seus habitantes e dos membros do clero local (Carvalho e Paiva, 2000: 365-370). Em Portugal não são abundantes os vestígios documentais de visitas pastorais para o período anterior à segunda metade do século XVI. O Concílio de Trento inaugura o tempo forte da realização de visitas pastorais, pois desde as últimas duas décadas do século XVI que, com grande regularidade, os prelados ou seus delegados exercitavam a visita, como se havia determinado em 1545-1553.

Segundo informações dos visitantes do século XVIII, ficamos a saber que, além da falta de azulejos no frontal de altar de um dos retábulos colaterais, o do lado da Epístola, a Igreja de Escamarão estava “sofrivelmente paramentada”⁵ em 1755. A visitação de 28 de maio de 1784,

⁵ Idem, *ibid.*

feita pelo abade de Freigil, o Doutor João Baptista Pereira, alude ao abandono em que se encontrava já a Igreja em estudo, tanto mais que nela não se celebra já a “Festa de Nossa Senhora da Natividade Padroeira da dita Igreja”. Foram estas as palavras do visitador:

“Foi incomparavelmente grande a dor, e sentimento que espiritualmente tive quando visitei esta Igreja, a mais indecente de todas as que Nesta vizita venho encontrando, que não tem a aparência alguma de templo, e caza de Deos por não aparecer na mesma nem altarez nem Retabolos, nem Santas imagens que mováo os Christãos a devoção, nem coiza alguma decente para na mesma se poder celebrar o Santo Sacrificio da Missa (...)”⁶.

Determina-se então ao abade do mosteiro de Alpendorada que mande celebrar a festa da padroeira, “com sermão e Missa cantada e a cera perciza; e nao a mandando fazer pagara em cada hum anno para a mesma = 4800 reiz; e dará os dous cirios do cuztume para arder nas missas conventuais; E para a dita festividade e az mais solemnidades mandará o dito R. Padre Dom Abbade apromptar hum paramento de Damasco de seda branco da capella E dalmática”⁷.

Por esta mesma visitaçáo sabemos que existia nesta Igreja de Escamaráo, no retábulo-mor, uma imagem de São Bento, o que é facilmente compreensível tendo em conta a sua ligaçáo ao mosteiro beneditino de Alpendorada. Só que, considerando o seu mau estado de conservaçáo, “por se achar indecente”, o mesmo visitador mandou que a mesma fosse enterrada “na forma, que determina a constituiçáo”⁸. Uma nota publicada por D. Domingos de Pinho Brandáo leva-nos a supor que esta imagem estivesse originalmente no mosteiro beneditino, situado na margem oposta do Douro, tendo sido reformada por ocasiáo da sua colocaçáo nesta Igreja anexa, pois, num documento do fundo beneditino de Tibães, datado de 30 de abril de 1752, informa-se que se dourou o “retabolo da capella mayor da igreja de Escamaráo e que se reformou a imagem do Nosso Senhor Padre São Bento que servira dantes e se mandou colocar na nossa igreja de Escamaráo” (Brandáo, 1987: 59).

O retábulo-mor desta Igreja foi concebido dentro do chamado estilo nacional, seguramente antes de meados do século XVIII. Esta vertente da talha portuguesa começou a dar os primeiros passos no final da centúria anterior, correspondendo a uma nacionalizaçáo da talha dourada (Sobral, 1986: 13-14). De um modo geral, a historiografia artística tem conotado esta nova linguagem com a estrutura dos portais românicos do noroeste e com o naturalismo da decoraçáo manuelina (Sobral, 1986: 107). De entre os elementos fundamentais que definem esta nova linguagem da estrutura retabular, identificamos no retábulo de Escamaráo as colunas espiraladas (pseudo-salomónicas) e as arquivoltas semicirculares. Claro que temos de ter em conta o caráter regionalizado deste exemplar em talha nacional, aqui atestado pela policromia, algo vernacular, que o caracteriza. Ostenta, ao centro e como remate, as armas da ordem beneditina.

Ainda em finais do século XVIII, a Igreja de Escamaráo apresentava-se aos olhos dos visitantes em estado de abandono. A 29 de abril de 1788, o bispo D. João António Binet Pincio

6 Idem, fl. 19.

7 Idem, ibid.

8 Idem, ibid.



Capela-mor.

era da opinião de que “nunca nos poderia Lembrar que hua Congregação tão grave, e virtuosa como hé a de São Bento teria a sua Igreja de Escamarão donde o Convento de São João de Alpendurada percebe os Dizimos, no estado em que a vimos Nos fez hua estranha novidade”⁹. Mas a visitação realizada pelo abade de Travanca, Joaquim José de Carvalho, a 26 de julho de 1814, considera que a Igreja já se encontra “bem reparada, e munto sufficientemente provida de recentes paramentos”¹⁰. Será que esta alude já aos novos retábulos colaterais de sabor neoclássico?

Embora hoje apenas sejam visíveis as sanefas de evidente sabor neoclássico, onde finos motivos florais dourados surgem sobre um fundo cru, a verdade é que fotografias datadas de 1944, da autoria do arquiteto José Marques Abreu Júnior e anteriores às mais recentes intervenções de restauro, nos mostram que os altares colaterais estavam dotados de uma estrutura retabular. De ambos os lados, um simples painel, ladeado por pilastras classicizantes e rematado por tímpano triangular, enquadrava as imagens da Virgem do Rosário de Fátima, do lado da Epístola, e da Virgem com o Menino (Virgem dos Milagres?), do lado do Evangelho.



Arco triunfal e altares colaterais antes das intervenções da DGEMN (1944).
Fonte: arquivo IHRU.

9 Idem, fl. 22 v.º

10 Idem, ibid.

AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

São muito poucas as notícias que temos sobre a Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão durante o século XX. Em 1944 foi aberto o seu processo de classificação como Imóvel de Interesse Público, pois considerou-se então que este monumento seria “uma das poucas obras românicas cuja estrutura se conserva ainda intacta”¹¹. O proponente da classificação foi Armando de Mattos¹², um dos principais teóricos do românico português¹³. Considerando o templo como integrado no estilo “românico-ogival”, este especialista valorizou a janela da abside e a “muito citada inscrição embora de leitura quasi impossível” que se encontra ao lado do portal principal. No interior da Igreja destacou os “restos de frescos, já citados pelo Dr. José de Figueiredo e alguns azulejos dignos de registo”¹⁴.

Não conseguimos ter acesso à totalidade do processo que conduziu à classificação da Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão como Imóvel de Interesse Público, pelo Decreto n.º 37 728, de 5 de janeiro de 1950.

Consoante o seu valor relativo, e segundo a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (art.º 15), os bens imóveis podem ser classificados como de “interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal”. A instrução de um processo de classificação e a sua posterior conclusão determinam que o imóvel, conjunto ou sítio classificados, ou em vias de classificação, disponham, automaticamente, de uma zona de proteção ou de uma zona especial de proteção, que lhe está agregada, podendo incluir-se nestas últimas zonas *non aedificandi*, nos termos previstos pela Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro¹⁵. É neste sentido que devemos entender o inventário dos proprietários dos prédios existentes na zona de proteção de Escamarão feito em maio de 1948¹⁶.

O processo de classificação desta Igreja foi acompanhado por um processo fotográfico da autoria de José Marques Abreu Júnior. Mostrando-nos pormenorizadamente o estado da Igreja de Escamarão em 1944, é através destas fotografias que ficamos a conhecer elementos que já não se encontram neste edifício, como o fresco ou a estrutura neoclássica dos retábulos colaterais, por nós já referida. É, também, através destas fotografias que vemos que a totalidade dos paramentos interiores e exteriores da Igreja estavam revestidos a cal.

Conforme documento da DGEMN¹⁷, a Comissão Fabriqueira local realizou no início da década de 1960 diversas obras, a expensas locais, sem que tivesse consultado os serviços técnicos sobre as mesmas, conforme obriga a classificação de Imóvel de Interesse Público do monumento. Em primeiro lugar, procedeu-se à “limpeza exterior das paredes, com picagem da caiação existente e novo refechamento de juntas, o que resultou na acumulação da argamassa à

11 Comunicação n.º 279, 25 de abril de 1944 [SIPA.TXT.00821235]. PT DGEMN: DSID-001/018-003-2383/1 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011813020003].

12 Cópia, 1 de outubro de 1947 [SIPA.TXT.00821238]. Idem.

13 Veja-se o que escrevemos sobre este autor em Botelho (2010a: 208-212).

14 Cópia, 1 de outubro de 1947 [SIPA.TXT.00821238]. PT DGEMN: DSID-001/018-003-2383/1. Idem.

15 Art.º 43 da Lei n.º 107. *D.R. I Série-A*. 209 (2001-09-08) 5808-5829.

16 Cópia, 23 de junho de 1948 [SIPA.TXT.008212445]. PT DGEMN: DSID-001/018-003-2383/1. Idem.

17 Ofício n.º 1022, 12 de agosto de 1963 [SIPA.TXT.00821262]. Idem.



Fachadas ocidental e sul antes das intervenções da DGEMN (1944). Fonte: arquivo IHRU.



Fachada oriental antes das intervenções da DGEMN (1944). Fonte: arquivo IHRU.

base de cimento aplicado em junta larga e não refundada, assim como o avivamento das canarias dos arcos das padieiras da entrada principal, com perda da sua patine natural”. Depois, a mesma Comissão Fabriqueira aplicou novo soalho no pavimento da nave e que os serviços da DGEMN consideraram “impróprio pelo tipo e características que apresenta”¹⁸. Da parte dos serviços especializados lamenta-se o facto de a Comissão Fabriqueira local não ter solicitado previamente a sua assistência técnica para a execução dos referidos trabalhos¹⁹.

154

Por fim, temos notícia de que entre 1974 e 1975 foi realizada uma outra obra de restauro (Graf, 1986: 88), sem que, no entanto, tenhamos conseguido apurar do seu âmbito e alcance.

Em 2010, a Igreja de Escamarão passou a integrar a Rota do Românico e, neste âmbito, tem sido alvo, desde agosto de 2014, de uma empreitada de conservação, salvaguarda e valorização. A execução do projeto tem como fim último “dotar o imóvel de melhores condições para a função que mantém viva – a de lugar de culto e realização de cerimónias” (Silva, 2012: 5). Tendo como princípio a reversibilidade da intervenção para garantir a continuidade do edifício, recorrendo para o efeito às técnicas tradicionais e às atuais, têm sido executadas as mais diversas ações no interior e no exterior do edifício, as quais incluirão, ainda, a execução de mobiliário litúrgico (Silva, 2012: 17 e ss). [MLB / NR]

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ofício n.º 4993, 19 de agosto de 1963 [SIPA.TXT.000821263 e SIPA.TXT.000821264]. Idem.

CRONOLOGIA

1121-1143: durante o abaciado de D. Pedro, Vila Meã entrou para a esfera do domínio temporal de Pendorada [Alpendorada];

1258: pertença do mosteiro de São João de Alpendorada, o couto de Vila Meã fora doado por D. Afonso Henriques a Sarracino Mendes, o Espinha;

Século XIV: edificação da Igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão;

1385: data da inscrição da fachada principal da Igreja;

Século XVI (1.ª metade): azulejos mudéjares dos frontais dos altares colaterais da nave;

1527: o couto de Vila Meã surge integrado no julgado de termos de Sanfins;

Século XVIII (1.ª metade): conceção do retábulo-mor;

1752, abril, 30: douramento do retábulo-mor e intervenção na imagem de São Bento proveniente do mosteiro de Alpendorada;

1755, maio, 23: ordena-se que se arranjem os azulejos em falta dos frontais dos altares colaterais da nave;

1784, maio, 28: numa visita feita pelo abade de Freigil, o Doutor João Baptista Pereira, alude-se ao estado de abandono em que se encontra a Igreja;

1788, abril, 29: os visitantes continuam a considerar a Igreja de Escamarão em estado de abandono;

1814, julho, 26: alude-se aos melhoramentos sentidos no interior da Igreja;

1944: abertura do processo de classificação da Igreja de Escamarão por Armando de Mattos;

1950: classificação da Igreja de Escamarão como Imóvel de Interesse Público;

Década de 1960: realização de diversas obras de conservação na Igreja a expensas da Comissão Fabriqueira local;

1974-1975: obra de conservação e restauro;

2010: a Igreja de Escamarão passa a integrar a Rota do Românico;

2014-2015: conservação geral do exterior e do interior da Igreja.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Igreja de Escamarão / Igreja de Nossa Senhora da Natividade: vista geral posterior* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1975]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004267, FOTO.0079839.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras*. Vol. 2 (1971).

ANDRADE, António Pereira de – *Escamarão* [Memória Paroquial de]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT/TT/MPRQ/14/48.

ARQUIVO DA DIOCESE DE LAMEGO (ADL) – *Visitações*, Escamarão, fl. 2 v.º, 19. 22 v.º.

BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitetura da época românica em Portugal: 1870-1910*. Porto: Universidade do Porto, 2010a.

_____ – *Salvador de Unhão: uma igreja da época românica*. Felgueiras: Câmara Municipal, 2010b.

BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto: documentação IV: 1751 a 1755*. Porto: [s.n.], 1987.

CARVALHO, Joaquim Ramos; PAIVA, José Pedro – *Visitações*. In AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

COLLAÇO, João Tello de Magalhães – *Cadastro da população do reino: 1527: actas das comarcas damtre Tejo e Odiana e da Beira*. Lisboa: [edição do autor], 1931.

DECRETO n.º 24. *Secretário de Estado Interino dos Negócios de Justiça*. (1832-05-16).

DECRETO n.º 37 728. *D.G. Série I*. 4 (1950-01-05) 8.

DIAS, Pedro – *A arquitetura gótica portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

FERNANDES, A. de Almeida – *Censual da sé de Lamego*. Arouca: [Câmara Municipal de Lamego /ADPA], 1999.

FIGUEIREDO, José de – *O pintor Nuno Gonçalves, 1450-1471: actividade artística conhecida: arte portuguesa primitiva*. Lisboa: [edição de autor], 1910.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo – *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GRAF, Gerhard N. – *Portugal Roman : le sud du Portugal, la nuit des temps*. Paris: Zodiaque, 1986.

JUNIOR, José Marques Abreu – *Igreja de Escamarão / Igreja de Nossa Senhora da Natividade. Interior: altar colateral* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1944]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004267, FOTO.0079820.

_____ – *Igreja de Escamarão / Igreja de Nossa Senhora da Natividade Interior: capela-mor e altares colaterais* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1944]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004267, FOTO.0079836.

_____ – *Igreja de Escamarão / Igreja de Nossa Senhora da Natividade: vista geral* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1944]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004267, FOTO.0079835.

_____ – *Igreja de Escamarão / Igreja de Nossa Senhora da Natividade: vista geral posterior* [Material fotográfico]. Cinfães: [s.n., 1944]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004267, FOTO.0079819.

LEI n.º 107. D.R. *Série I-A*. 209 (2001-09-08) 5808-5829.

MATTOSO, José – *A abadia de Pendorada: das origens a 1160*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

MECO, José – *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MONTEIRO, Manuel – Dois artistas inéditos do século de quinhentos. II – um pintor (conclusão). *O Primeiro de Janeiro*. (19 de fevereiro de 1936) 1.

PIMENTEL, Alberto – *O testamento de sangue*. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1872.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PT01 1813020003 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso – Mosteiro de São Pedro de Cête. In ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, coord. cient. – *Românico do Vale do Sousa*. [Lousada]: Valsousa – Rota do Românico, 2008.

ROSAS, Lúcia, colab. – [Introdução/estado da arte]. In BOTELHO, Maria Leonor – History of art. In MATTOSO, José, dir. – *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2011.

SERRÃO, Vitor – Caracterização da história da arte em Portugal: novos debates e novas metodologias de trabalho. In *A cripto-história da arte: análise de obras de arte inexistentes*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

157

SILVA, Pedro Miguel da Costa Pereira de Castro – *Projeto para a salvaguarda, conservação e valorização da igreja de Nossa Senhora da Natividade de Escamarão: projecto de execução*. Porto: Pedro Miguel da Costa Pereira de Castro Silva, 2012. Texto policopiado.

SIMÕES, J. M. dos Santos – *Azulejaria em Portugal no século XVII: tomo I: tipologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SOBRAL, Carlos de Moura – *História da arte em Portugal: o limiar do barroco*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.